



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 623/97, DE 11 DE JULHO DE 1997.

“Cria o Conselho Municipal de Saúde e o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZ DAS ALMAS, no uso de suas atribuições legais e pertinentes.

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Art. 1º - Fica instituída a regulamentação do Conselho Municipal de Saúde (CMS) em caráter permanente, como órgão deliberativo do Sistema Único de Saúde – SUS -, no âmbito municipal.

Art. 2º - Sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, são competências do CMS;

I – Definir as prioridades de saúde;

I I – Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Saúde;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

III – Atuar na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde;

IV – Propor critérios para programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde acompanhando a movimentação e o destino dos recursos;

V – Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de saúde prestados à população pelos órgãos e entidades públicas e privadas integrantes do SUS no Município;

VI – Definir critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de saúde públicos e privados no âmbito do SUS;

VII – Definir critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas de saúde, no que tange à prestação de serviços de saúde;

VIII – Apreciar e firmar os contratos e convênios referidos no Inciso anterior;

IX – Estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do SUS;

X – Elaborar seu Regimento Interno;

XI – Outras atribuições estabelecidas em normas complementares.

CAPÍTULO II

Da Estrutura e do Funcionamento



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

SEÇÃO I

Da Composição

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde será representado pelas seguintes entidades:

I – Do Governo Municipal

- 1 – Representante do Órgão de Saúde;**
- 2 – Representante do Órgão de Finanças;**
- 3 – Representante do Órgão de Educação e Cultura;**
- 4 – Representante do Órgão de Transportes;**
- 5 – Representante do Órgão de Ação Social;**
- 6 – Representante do Órgão de Saneamento;**
- 7 – Representante do Órgão de Sindicatos;**
- 8 – Representante do Órgão de Assistência de Deficientes;**
- 9 – Representante do Órgão de Centro de Formação de Recursos Humanos de Saúde;**
- 10 – Representante do Órgão de Universidade.**



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

I I – Dez representantes de Sociedade Civil, dos usuários, dos prestadores de serviços e trabalhadores do setor, escolhidos em foro próprio sob a fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - A cada titular do CMS corresponderá um suplente;

§ 2º - Será considerada como existente para fins de participação do CMS, a entidade regularmente organizada e que estiver em dia com as obrigações Municipal, Estadual e Federal.

Art. 4º - Os membros efetivos e suplentes do CMS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação.

I – Os Representantes do Governo Municipal serão titulares dos órgãos representados;

II – O Representante Municipal do Órgão de Saúde é membro nato do CMS;

III – O Presidente do CMS será eleito pelos pares juntamente com a Mesa Diretora (Presidente, Vice-Presidente e dois Secretários);

IV – Fica facultado ao Executivo Municipal a indicação de Secretário Municipal ou equivalente para fazer parte do CMS;

Art. 5º - O CMS reger-se-á pelas seguintes disposições no que se refere a seus membros:

I – O exercício da função de Conselheiro não será remunerado, considerando-se como serviço público relevante;

II – Os membros do CMS serão substituídos caso falem, sem motivo justificado a 02 (duas) reuniões consecutivas ou 04 (quatro) reuniões intercaladas no período de 01 (um) ano;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

I I I – Os membros do CMS poderão ser substituídos mediante solicitação de entidade ou autoridade responsável apresentada ao Prefeito Municipal.

SEÇÃO I I

Funcionamento

Art. 6º - O CMS terá seu funcionamento regido pelas seguintes normas:

I – O órgão de deliberação máxima é o plenário;

I I – As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos seus membros;

I I I – Para realização das sessões será necessária a presença da maioria simples ou membros do CMS, que deliberará pela maioria dos votos dos presentes;

I V – Cada membro do CMS terá direito a um único voto na sessão plenária;

V – As decisões do CMS serão consubstanciadas em resoluções.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente prestará o apoio administrativo necessário ao funcionamento do CMS.

Art. 8º - Para melhor desempenho de suas funções o CMS poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

I – Consideram-se colaboradores do CMS, as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários dos serviços de saúde sem embargo de sua condição de membros;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

I I – Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização para assessorar o CMS em assuntos específicos;

I I I – Poderão ser criadas comissões internas constituídas por entidades, membros do CMS e outras instituições para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;

I V – As condições que se refere o Inciso anterior serão citados pelo Presidente do CMS.

Art. 9º - As sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do CMS deverão ter divulgação ampla da sua ordem do dia através das entidades que compõem o CMS.

PARAGRAFO ÚNICO – As resoluções do CMS, os temas tratados em plenário, reuniões de diretoria e comissão deverão ser amplamente divulgadas.

Art. 10º - As entidades que compõem o CMS terão prazo até 10 (dez) dias após a publicação desta Lei para indicarem seus representantes.

PARAGRAFO ÚNICO – A nomeação destes representante será publicada no Mural do Paço Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias após indicação, assim como no Mural da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 11º - O CMS terá a sua primeira reunião ordinária até 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei, para iniciar a elaboração do seu regimento interno, que no prazo de 30 (trinta) dias apresentará ao Prefeito Municipal minuta do decreto para aprovação e publicação do regimento do CMS.

CAPÍTULO I I I

Do Fundo Municipal de Saúde

Praça Senador Temístocles, nº 756
C.G.C. 14.006.977/0001-20
TELEFAX:(075)721-1310
CEP. 44.380-000



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

Art. 12º - Fica instituído o Fundo Municipal de Saúde FUMSAUDE com a finalidade de prover recursos financeiros destinados à implementação das ações e serviços de saúde coordenadas pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente na forma preconizada pelo Sistema Único de Saúde SUS.

PARAGRAFO ÚNICO – O FUMSAUDE integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente.

Art. 13º - O FUMSAUDE será constituído das seguintes fontes de recursos:

I – Transferências oriundas do orçamento da seguridade social, repassados na forma como dispõe o Art. 30º, Inciso V I I, da Constituição Federal;

I I – Recursos financeiros provenientes de convênios e ajustes celebrados entre o Município e Instituições Públicas ou Privadas, Estaduais, Nacionais ou Internacionais destinadas às ações e serviços de saúde;

I I I – Produto da arrecadação da taxa pelo exercício do Poder de Polícia ou pela prestação de serviços na área de vigilância sanitária;

I V – Multas e encargos financeiros por infração à Legislação Sanitária Municipal;

V – Doação específica e outras rendas eventuais.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Finanças ou equivalentes efetuará, mensalmente, até o dia 15 (quinze) de cada mês o depósito dos valores correspondentes às parcelas previstas nos Incisos I I I e I V, deste Artigo, que constituirão, obrigatoriamente e juntos com as demais parcelas, ao crédito bancário especial sob a denominação do Fundo Municipal de Saúde FUMSAUDE, vinculados à conta única em estabelecimento bancário situado na sede do Município.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

100

§ 2º - Aplicação dos recursos financeiros do FUMSAUDE dependerá de prévia e expressa autorização do Representante Municipal do Órgão de Saúde, juntamente com o Prefeito.

Art. 14º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional de 01 (um) por cento do orçamento vigente, para cobrir as despesas do Fundo de que trata a presente Lei.

PARAGRAFO ÚNICO – As despesas a serem atendidas pelo presente crédito correrão à conta do código de despesas 1375, as quais serão compensadas com os recursos oriundos de que trata o Artigo 43, Parágrafo e Inciso da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964.

Art. 15º - Constituem ativos do FUMSAUDE:

I – Disponibilidades monetárias em depósito bancário;

I I – Direitos que vier a constituir;

I I I – Bens móveis adquiridos ou provenientes de doação, destinados à execução das ações e serviços de saúde de abrangência Municipal.

PARAGRAFO ÚNICO – Ao final de cada exercício civil proceder-se-á o inventário dos bens e direitos pertencentes ao FUMSAUDE.

Art.16º - O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FUMSAUDE integrará o Orçamento Municipal e a sua execução obedecerá na Legislação pertinente.

Art. 17º - O saldo positivo do FUMSAUDE, apurado em balanço, em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 18º - O FUMSAUDE será administrado pelo Representante Municipal do Órgão de Saúde e um Coordenador.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

PARAGRAFO ÚNICO – Fica o Executivo Municipal autorizado a nomear o Coordenador do Fundo Municipal de Saúde (FMS).

Art. 19º - Fica o FUMSAUDE na obrigação de apresentar o balancete da aplicação de seus recursos mensais a Câmara de Vereadores, que fará a devida apuração.

SEÇÃO I

Das atribuições do Representante Municipal
Do Órgão de Saúde

Art. 20º - São atribuições do Representante Municipal do Órgão de Saúde:

I – Gerir o Fundo Municipal de Saúde e estabelecer política de aplicação dos seus recursos em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde e Executivo Municipal;

I I – Acompanhar, avaliar e decidir sobre a realização das ações previstas no Plano Municipal de Saúde;

I I I – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde o plano de aplicação a cargo do Fundo em consonância com Plano Municipal de Saúde e com a Lei de Diretrizes Orçamentária;

I V – Submeter ao Conselho Municipal de Saúde as demonstrações mensais da receita e despesa do Fundo;

V – Encaminhar a contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no Inciso anterior;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

V I – Subdelegar competência aos responsáveis pelo estabelecimento de prestação de serviços de saúde que integram a rede Municipal;

V I I – Celebrar convênios, acordos e contratos, inclusive de empréstimos juntamente com o Executivo Municipal a recursos que serão administrados pelo Fundo;

V I I I – Emitir cheques contra os responsáveis pelos estabelecimentos de prestação de serviço de saúde que integram a rede Municipal, juntamente com o Coordenador do Fundo.

SEÇÃO II

Da Coordenação do Fundo

Art. 21º - São atribuições do Coordenador do Fundo:

I – Preparar as demonstrações mensais da receita e despesa a serem encaminhadas ao Representante Municipal do Órgão de Saúde;

I I – Manter os controles necessários à execução orçamentária das receitas do Fundo;

I I I – Manter coordenação com o Setor de Patrimônio do Município, *os controles* necessários sobre bens patrimoniais com carga ao Fundo;

I V – Encaminhar à contabilidade geral do Município os seguintes elementos:

- a) Demonstração de receitas e despesas mensalmente;
- b) Inventários de estoques de medicamentos, instrumento médico trimestralmente;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

c) Inventário dos bens móveis e o balanço geral do Fundo anualmente.

V – Firmar com o responsável pelos controles da execução orçamentária as demonstrações mencionadas anteriormente;

V I – Preparar os relatórios de acompanhamento da realização das ações de saúde para serem submetidos ao Representante Municipal do Órgão de Saúde;

V I I – Providenciar, junto à contabilidade geral do Município as demonstrações que indiquem a situação econômica financeira geral do Fundo Municipal de Saúde;

V I I I – Apresentar, ao Representante Municipal do Órgão de Saúde, análise e avaliação da situação econômica financeira do Fundo Municipal de Saúde detectada nas demonstrações mencionadas;

I X – Manter os controles necessários sobre convênios ou contratos de prestação de serviços pelo setor privado e empréstimos feitos à saúde;

X – Encaminhar mensalmente, ao Representante Municipal do Órgão de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pelo setor privado na forma mencionada no Inciso anterior;

X I – Manter o controle e a avaliação da produção das unidades integrantes da rede municipal de saúde;

X I I – Encaminhar mensalmente, ao Representante Municipal do Órgão de Saúde relatórios de acompanhamento e avaliação da produção de serviços prestados pela Rede Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais

Praça Senador Temístocles, nº 756
C.G.C. 14.006.977/0001-20
TELEFAX: (075) 721-1310
CEP. 44.380-000



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Cruz das Almas
GABINETE DO PREFEITO

Art. 22º - O plano de aplicação do FUMSAUDE que trata o Inciso I I I do Art. 20º, será aprovado pelo Prefeito Municipal na forma da legislação pertinente.

Art. 23º - Fica o Conselho Municipal de Saúde autorizado a baixar os atos regulamentares desta Lei.

Art. 24º - Fica o Conselho Municipal de Saúde na responsabilidade de encaminhar ao Poder Legislativo, no final do exercício financeiro, a prestação de contas dos recursos e devidas aplicações da Lei orçamentária anual.

Art. 25º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de Julho de 1997.


RAIMUNDO JEAN CAVALCANTE SILVA
Prefeito Municipal